

1ª Prova

XIV

Concurso



— 1ª Etapa
24.05.92

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES - E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50 questões.
- II - Assinale somente a alternativa que entender correta.
- III - Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 108/87, em seu artigo 18, § 2º, c/c a Resolução Administrativa nº 10/89, para cada conjunto de três respostas erradas, descontar-se-á o valor de uma resposta certa.
As questões em branco não serão consideradas como respostas erradas para efeito de prejuízo de resposta certa, perdendo o candidato, apenas o valor correspondente.
- IV - Use somente caneta esferográfica azul.
- V - Não rubrique, nem assine a prova.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas

BOA SORTE !

COMISSÃO DE CONCURSO

MM. Juiz Dr. NICOLAU DOS SANTOS NETO - Presidente
MM. Juiz Dr. GERALDO PASSINI
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da O.A.B.
MM. Juiz Dr. DELVIO BUFFULIN - Suplente de Juiz
Dr. OSCAR ALVES DE AZEVEDO - Suplente da O.A.B.

COMISSÃO EXAMINADORA

MM. Juiz Dr. JOSÉ HENRIQUE MARCONDES MACHADO
MM. Juiz Dr. FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Dr. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA - Membro da O.A.B.
MM. Juiz Dr. JOÃO CARLOS DE ARAÚJO - Suplente de Juiz
Dr. ROBERTO PACE - Suplente da O.A.B.
Secretária - CLÉLIA CHECCHIA CARVALHO MIRANDA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

1- Como se entende uma lei anterior à Constituição e com ela incompatível?

- a) revogada;
- b) inconstitucional;
- c) vigora até que outra lei disponha sobre o assunto;
- d) ineficaz.

2- A aprovação das leis complementares depende do apoio da maioria absoluta dos parlamentares, o que significa que precisa haver o voto favorável:

- a) da maioria dos presentes;
- b) da totalidade dos presentes;
- c) da maioria, considerando-se os integrantes do legislativo;
- d) da maioria, não se considerando os suplentes em exercício.

3- Segundo a doutrina e o direito positivo:

- a) a declaração de inconstitucionalidade por exceção tem eficácia "erga omnes";
- b) a ação direta de inconstitucionalidade depende de regulamentação;
- c) a competência para a declaração de inconstitucionalidade por omissão é dos Tribunais Superiores;
- d) as confederações sindicais têm legitimidade para ajuizar ação de inconstitucionalidade.

4- Nos preceitos constitucionais atinentes à Justiça do Trabalho:

- a) está expressamente estabelecida sua competência para julgar ações baseadas em convenções coletivas de trabalho;
- b) há previsão para a fixação de competência e jurisdição de seus órgãos por lei ordinária;
- c) encontra-se disposição segundo a qual os juizes do trabalho substitutos são nomeados pelo Presidente da República;
- d) está estabelecido que os juizes classistas gozam das mesmas garantias que os juizes togados.

5- A Constituição de 1988 trouxe inovações à organização da Justiça do Trabalho, porquanto:

- a) modificou expressamente sua competência para incluir dissídios entre sindicatos e empregadores;
- b) determinou que nos Tribunais Regionais a magistratura inclua juizes de carreira, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho;
- c) conferiu competência expressa tanto ao Tribunal Superior do Trabalho como aos Tribunais Regionais;
- d) dispôs sobre sua competência para julgar dissídios trabalhistas entre trabalhadores e empregadores, abrangendo entes da Administração Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 6- Os cargos públicos são acessíveis aos:
- a) brasileiros natos;
 - b) brasileiros natos e naturalizados;
 - c) brasileiros natos, naturalizados, e portugueses com residência permanente no país e havendo reciprocidade em favor dos brasileiros;
 - d) brasileiros natos, e portugueses com residência permanente no país e havendo reciprocidade em favor dos brasileiros.
- 7- Um ato administrativo ilegal é invalidado:
- a) somente pelo Judiciário;
 - b) somente pela Administração;
 - c) pelo Judiciário e pela Administração;
 - d) pelo Legislativo.
- 8- A autarquia, a empresa pública e a sociedade de economia mista têm personalidade jurídica:
- a) de direito público, as duas primeiras, e de direito privado, a sociedade de economia mista;
 - b) de direito público, a autarquia, e de direito privado, as duas últimas;
 - c) de direito privado, todas as três;
 - d) de direito público, todas as três.

DIREITO PENAL

- 9- O empregado que recebe pagamentos em nome da empresa para a qual trabalha e desvia esse dinheiro para sua conta bancária pessoal comete o seguinte crime:
- a) furto privilegiado;
 - b) furto simples;
 - c) estelionato;
 - d) apropriação indébita.
- 10- O empregado que espalha entre os funcionários de uma empresa privada que seu chefe é homossexual, comete:
- a) calúnia;
 - b) difamação;
 - c) injúria;
 - d) injúria real.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 11- A organização internacional do trabalho (O.I.T.) é:
- a) um organismo dotado de personalidade jurídica de direito internacional, vinculado à Organização das Nações Unidas, constituído de seus Estados-Membros ou ainda de qualquer outro Estado, que tenha sua admissão aprovada, criado pelo Tratado de Versaillies e cujos princípios foram aprimorados pela Declaração de Filadélfia e que tem por finalidade universalizar os direitos básicos dos Tra

balhadores, como condição da paz mundial;

b) um organismo especializado da Organização das Nações Unidas em Direito do Trabalho, constituído somente dos Estados que a compõem, sem personalidade jurídica própria, recomendado no Tratado de Versailles, e que tem por finalidade expedir instruções, firmar resoluções e subscrever convenções, para vigência imediata no plano internacional, com vistas à conciliação entre o capital e o trabalho em todos os países;

c) um organismo especializado da ONU, constituído de seus Estados-Membros, que são automaticamente filiados, e daqueles, não integrantes da Organização das Nações Unidas, que tiverem sua admissão aprovada, dotado de personalidade jurídicas de direito internacional e que tem por finalidade iniformizar as regras de direito do trabalho entre os países industrializados, para dar tratamento equânime aos trabalhadores desses países e nivelar os custos de produção;

d) é um organismo de personalidade jurídica de direito internacional, vinculado à Organização das Nações Unidas, formado de representantes dos empregados e dos empregadores de seus Estados-Membros, destinado a celebrar Convenções Internacionais e prestar serviços de assessoramento sindical e governamental nos países do Terceiro Mundo, com a finalidade de estender a estes os direitos trabalhistas vigorantes nas nações industrializadas.

12- Para viger no Direito Positivo Interno do Estado-Membro da Organização Internacional do Trabalho é necessário que a convenção, aprovada pela conferência internacional:

a) tenha vigência internacional, seja aprovada e ratificada pelo Estado-Membro e, quando não auto-executável, complementada no plano interno por ato legislativo ou regulamentar;

b) tenha sido aprovada pela Conferência em momento em que o Estado era integrante da OIT, tenha vigência internacional, seja aprovada e ratificada no plano interno e ainda objeto de correspondente lei ordinária;

c) seja ratificada pelo Estado-Membro por ato do respectivo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial;

d) tenha objeto compatível com os princípios constitucionais do Estado-Membro, seja aprovada e ratificada por este, com ratificação posterior através de acordo internacional celebrado com a OIT.

DIREITO CIVIL

13- Distingue-se a decadência da prescrição:

a) porque a primeira é instituto de direito material e a segunda de direito processual;

b) porque a primeira extingue o direito, não podendo ser suspensa ou interrompida, e a segunda extingue a ação, existindo causas interruptivas e suspensivas de seu curso;

c) porque a primeira pode ter seu prazo suspenso e a segunda admite suspensão e interrupção;

d) porque a primeira resulta de disposição contratual e a segunda da lei, estando expressamente prevista e regulada no Código Civil.

14- O pagamento espontâneo e parcial da dívida prescrita implica:

- a) tão-somente na impossibilidade de repetição do pagamento efetuado;
- b) na extinção total da obrigação;
- c) na impossibilidade de repetição do pagamento efetuado e na renúncia tácita da prescrição;
- d) em mero ato de liberalidade, podendo o devedor pedir a repetição, caso seja demandado pela totalidade da prestação.

15- A prescrição de ação que verse sobre direitos patrimoniais pode ser alegada:

- a) somente na resposta do réu, sob pena de preclusão;
- b) durante o processo de conhecimento, em qualquer instância, salvo na extraordinária;
- c) nas instâncias ordinárias e inclusive na execução, como preliminar dos embargos do devedor;
- d) nas instâncias ordinárias, no processo de conhecimento, e na ação rescisória.

16- Consiste a interpretação teleológica da lei:

- a) na compreensão de seus elementos lógicos, relacionados com a totalidade do sistema jurídico, com outros ramos do direito e inclusive com o direito comparado;
- b) na determinação da finalidade da lei, atribuindo o intérprete ao texto, entre outros objetivos, um sentido tal que resulte haver a lei regulado a espécie a favor, e não em prejuízo de quem ela visa a proteger;
- c) na análise dos precedentes legislativos, dos debates parlamentares que resultaram na norma, para precisar-lhe a causa social e econômica;
- d) no recurso à analogia, à equidade e aos princípios gerais de direito, para determinação de seu sentido lógico jurídico.

17- Ao socorrer-se da Jurisprudência para interpretar e aplicar a norma jurídica, deve o juiz:

- a) cingir-se à verificação da existência ou não de Súmula dos Tribunais Superiores sobre a matéria e, em caso positivo, aplicá-la incondicionalmente;
- b) encontrar os precedentes judiciais majoritários e decidir a lide segundo seus princípios;
- c) aplicar a jurisprudência predominante do Tribunal sob o qual exerce sua jurisdição;
- d) considerar os precedentes dos Tribunais, que formam jurisprudência, levando-os em consideração na interpretação da norma, ao lado do emprego dos demais métodos científicos de exegese.

18- Quando a lei declara expressamente nulo um ato jurídico, praticado em período nela indicado, temos como consequência:

- a) Com a declaração de nulidade, a ineficácia do ato e a reposição das partes ao "statu quo ante";
- b) sua anulabilidade, com efeitos "ex tunc";
- c) sua ineficácia meramente temporária, podendo o ato ser ratificado após o

d) a possibilidade de supressão da nulidade pelo juiz, decorrido o período mencionado na lei.

19- Configura-se o abuso de direito:

a) quando de seu exercício, embora regular, resulte um dano material ou moral a outrem;

b) quando o titular do direito age de má fé, exercitando o direito arbitrariamente e mediante ardís, com o único propósito de prejudicar o devedor, sem qualquer outra vantagem;

c) quando o exercício do direito envolve excessos desnecessários, tornando-se irregular pelo preterimento ou distorção das providências adequadas ao ser exercício, com invasão da esfera jurídica alheia;

d) quando o titular do direito, podendo obter diretamente a satisfação da obrigação de que é credor, recorre desnecessariamente ao Judiciário.

20- O menor relativamente incapaz:

a) somente adquire determinados direitos e obrigações, na ordem civil, expressamente previstos em lei;

b) não pode figurar em qualquer ato jurídico, sem a assistência da mãe, pai ou tutor;

c) é representado pelo pai, mãe ou tutor ou, na falta das pessoas indicadas, pelo curador de menores, nomeado pelo juiz;

d) é assistido nos atos jurídicos pelo pai, mãe ou tutor, podendo, entretanto, praticar pessoalmente determinados atos, previstos em lei.

DIREITO COMERCIAL

21- São características essenciais das sociedades anônimas, segundo a lei brasileira:

a) capital aberto, negociabilidade das ações em mercado de balcão ou em bolsa, responsabilidade dos acionistas perante terceiros na forma estatutária e direitos iguais dos sócios;

b) capital dividido em partes iguais, limitação da responsabilidade do sócio ao valor das ações subscritas ou adquiridas, direitos desiguais dos sócios, livre cessibilidade das ações e inexigência de capital mínimo para sua constituição;

c) divisão do capital em partes iguais, responsabilidade ilimitada dos sócios portadores de ações preferenciais, cessabilidade das ações com permissão estatutária e exigência de capital mínimo para sua constituição;

d) divisão do capital em ações ao portador e nominativas, existência de sócios acionistas e quotistas, limitação da responsabilidade dos acionistas ao valor do capital social, ocorrência de "affectio societatis" e negociabilidade das ações em bolsa.

O empregado eleito diretor de sociedade anônima:

- a) não precisa ser acionista da sociedade e conserva seu contrato de trabalho sem qualquer alteração durante o exercício da gestão;
- b) não sendo acionista, tem seu contrato de trabalho rescindido no momento da investidura, passando à condição de sócio;
- c) deve ser também acionista e perde sua condição de empregado ao assumir o cargo;
- d) não precisa ser acionista da sociedade e seu contrato de trabalho fica suspenso durante a gestão.

23- Os sócios-gerentes das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

- a) não respondem pessoalmente, em qualquer hipótese, pelas dívidas contraídas, em favor da sociedade;
- b) respondem subsidiariamente pelas dívidas contraídas com terceiros com excesso de mandato;
- c) respondem solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato e pelos atos praticados com violação do contrato social ou da lei, perante os sócios ou terceiros;
- d) respondem solidariamente por todas as obrigações sociais, com seu patrimônio pessoal.

24- O sócio-gerente da sociedade por quotas pode delegar poderes:

- a) para a prática de atos jurídicos em geral, inclusive aqueles que importem na modificação ou alteração das disposições do contrato social;
- b) apenas através de procuração "ad judicia" e, na Justiça do Trabalho, mediante "carta de preposição";
- c) somente para a prática de atos expressamente previstos no contrato social;
- d) para a prática de atos permitidos em lei e que não contrariem as disposições contratuais.

- 25- Empregado rural, com 16 anos de idade, fora contratado no dia 5.5.89. Não gozou férias de 89/90 e continuou trabalhando. Com vistas à prescrição, indicar a alternativa correta, sabendo-se que completaria 18 anos em 5.5.91:
- a) a prescrição se consuma após dois anos da aquisição;
 - b) a prescrição só se consuma após dois anos da cessação do contrato;
 - c) a prescrição só se consuma após três anos da aquisição;
 - d) a prescrição só se consuma dois anos após adquirir a maioridade.
- 26- Empregado foi contratado sem que a empresa tenha estipulado o salário que iria ganhar. Sabendo-se que desenvolve serviço equivalente ao de colega de trabalho com mais de dois anos de casa, indicar a alternativa correta:
- a) cuida-se de equiparação salarial e somente terá sucesso se provar igual produtividade e mesma perfeição técnica;
 - b) cuida-se de equiparação salarial e deverá o empregado comprovar o fato constitutivo (igual função);
 - c) não se cuida de equiparação salarial, mas de arbitramento de salário;
 - d) não é possível a equiparação, posto que há a diferença de dois anos.
- 27- Supondo-se que empregado menor de 18 anos tenha dois empregos, indique a alternativa correta:
- a) empregado menor não pode trabalhar em mais de um emprego;
 - b) pode ter dois empregos, mas não pode fazer horas extraordinárias;
 - c) pode fazer horas extraordinárias, mas serão obrigatoriamente compensadas;
 - d) pode ter mais de um emprego, mas a soma das horas trabalhadas não pode superar a 44 horas semanais.
- 28- O empregado durante 15 anos exerceu funções de confiança na empresa. Foi dispensado sem justo motivo sem nada receber. Indique a alternativa correta:
- a) pode ser dispensado mediante indenização dobrada;
 - b) em sendo estável, a dispensa somente pode ser feita por falta grave comprovada em inquérito judicial;
 - c) pode ser dispensado mediante indenização simples;
 - d) deve ser reintegrado.
- 29- José da Silva é contratado a título experimental por 60 dias. No vigésimo dia sofreu acidente e ficou sob os cuidados da Previdência. Recebeu alta no 10º dia seguinte ao término do contrato. Tendo em conta o tempo em que ficou afastado, indicar qual a alternativa correta:
- a) poderá completar o período de prova, descontando o tempo em que esteve afastado, somente com a concordância do empregador;
 - b) o contrato transformou-se em prazo indeterminado;
 - c) o contrato permaneceu suspenso e o empregado tem direito a completar o período;
 - d) o contrato permaneceu interrompido e o empregado tem direito a completar o período.

30- Verifica-se que determinada empresa paga ao seu empregado, mensalmente, o valor correspondente a 51% do salário em ajuda de custo e valor correspondente a 25% do salário em diárias. Tendo por escopo a integração, indicar a alternativa correta:

- a) integram sempre que a soma de ambos superar a 50% do salário;
- b) Neste caso, somente a ajuda de custo integra por haver superado a 50%;
- c) Somente as diárias integram por constituir verba salarial;
- d) A ajuda de custo não integra nunca; somente as diárias, quando superiores a 50% .

31- Menor aprendiz devidamente matriculado em curso de aprendizagem faltou três dias ao curso sem qualquer justificativa. O empregador descontou salários da aqueles dias. Tendo em conta que o salário tem natureza alimentar, indicar qual a hipótese correta:

- a) o empregador não podia descontar salários por faltas ao curso;
- b) o salário só pode ser descontado com a concordância do pai do menor;
- c) o desconto em tais casos é correto;
- d) em sendo menor, a falta é sempre justificável, não autorizando qualquer desconto.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

32- Concedida cautelar preparatória para a antecipação de prova pericial, a parte não ajuizou ação principal de que fala a lei (art.806 CPC). Indicar a alternativa correta:

- a) a medida cautelar perde a sua eficácia probatória;
- b) a medida cautelar não perde a sua eficácia probatória;
- c) a perícia terá o efeito de prova emprestada;
- d) o prazo será prorrogado a pedido da parte interessada.

33- "A", sócio comanditário, fora incluído no pólo passivo da demanda trabalhista, julgada procedente e com trânsito em julgado. Foram penhorados bens do seu patrimônio particular. Indicar a alternativa correta:

- a) bens particulares de sócio não respondem pela dívida da sociedade;
- b) a responsabilidade do sócio é apenas subsidiária, devendo, antes, ser penhorados bens da empresa;
- c) sócio comanditário não responde além da integralização da sua cota nas ações;
- d) responde integralmente pelo débito.

34- Leônidas da Silva foi empregado da empresa Moreira Alves & Cia. Ltda no período de janeiro/80 a dezembro/90, quando fora dispensado sem motivo, não recebendo verbas rescisórias. O capital social fora integralizado. Um dos sócios se retira em fevereiro/91 e recebeu os seus haveres. Os sócios remanescentes liquidaram o fundo de comércio e nada possuem em seus patrimônios particulares. Tendo em conta que a empresa não honrou o débito trabalhista, indicar a alternativa correta:

- a) o sócio retirante responde pelo débito trabalhista;
- b) o sócio de limitada tem a sua responsabilidade limitada ao capital social;

- c) o sócio retirante só responderia se fosse gerente e houvesse agido dolosamente;
- d) qualquer sócio de "limitada" só responde quando agir dolosamente.
- 35- A empresa "X" e o empregado "Y" conciliaram-se na primeira tentativa conciliatória proposta pelo juízo, consignando-se no termo o prazo e demais condições para o cumprimento. Tendo em conta a formalidade necessária que dá validade ao termo, indicar qual a alternativa correta:
- a) o termo será assinado pelo Juiz Presidente e pelas partes;
 - b) o termo será assinado pelo colegiado e pelas partes;
 - c) o termo será assinado apenas pelo colegiado;
 - d) o termo será assinado apenas pelas partes e um representante do colegiado;
- 36- Através de ação rescisória empregado acumula o "iudicium resdindens" e o "iudicium rescissorium", obtendo sucesso em ambos com a condenação da empresa, arbitrando-se o valor em Cr\$ 500 mil cruzeiros. A empresa recorreu da decisão, mas não efetuou o depósito recursal. Indicar a alternativa correta:
- a) em sendo ação da competência originária do Tribunal não há depósito recursal;
 - b) a ausência de depósito recursal determinará a deserção;
 - c) o depósito recursal só é exigido nas reclamatórias trabalhistas, não nas ações rescisórias;
 - d) nenhuma das alternativas.
- 37- "A" e "B" ajuízam ação contra a empresa "C". A ação é julgada improcedente. "A" utiliza-se do recurso voluntário. "B" não recorre, mas se utiliza do recurso adesivo, após decorrido o prazo para contra-razões. Indicar a alternativa correta:
- a) o recurso adesivo não deve ser conhecido por intempestivo;
 - b) o recurso adesivo não será conhecido se não for conhecido o recurso ao qual adere;
 - c) em sendo litisconsorte, não pode usar do recurso adesivo;
 - d) o recurso adesivo não tem cabimento no processo do trabalho nos termos do Enunciado nº 175 do TST.
- 38- O empregado "A" faz acordo extrajudicial com o seu empregador, empresa "B", objetivando quitar verbas rescisórias do período trabalhado, tudo no valor de Cr\$ 5 milhões de cruzeiros, multa de 50% em caso de inadimplência, liberação dos depósitos fundiários. No vencimento a empresa não honrou o compromisso. Indique a hipótese correta:
- a) não poderá executar a empresa porque o acordo extrajudicial não transita em julgado;
 - b) o acordo poderá ser executado face ao princípio da informalidade que preside no processo do trabalho;
 - c) o acordo poderá ser executado face ao princípio da "pacta sunt servanda";
 - d) o acordo será executado na Justiça do Trabalho, face às regras do Código de Processo Civil aplicáveis subsidiariamente (art. 769 CLT).

- 39- Tendo em conta os limites subjetivos da coisa julgada, quais as conseqüências das ações relativas ao estado de pessoas em relação a terceiros? Indicar a alternativa correta:
- a) ação de estado não faz coisa julgada e, portanto, não abrange terceiros;
 - b) ação de estado transita em julgado apenas formalmente, mas abrange terceiros;
 - c) ação de estado produz coisa julgada e abrange terceiros, desde que tenham sido citados em litisconsórcio necessário;
 - d) toda ação de estado de pessoa é regida pelo princípio da "rebus sic stantibus" e não abrange terceiros.
- 40- Determinado condômino de um imóvel que denominaremos de "A" ajuíza ação para reivindicá-lo de "Y" que o possui injustamente. Os condôminos "B", "C" e "D" intervêm no processo. Pergunta-se a que título essa intervenção? Indicar a alternativa correta:
- a) na qualidade de autores;
 - b) na qualidade de assistentes qualificados ou litisconsorciais;
 - c) na qualidade de opositores;
 - d) na qualidade de simples assistentes.
- 41- Determinado município aprovou lei criando o cargo de Procurador. Sabendo-se que o Prefeito é o representante do Poder Executivo Municipal, indicar a alternativa correta:
- a) a citação será feita na pessoa do Procurador;
 - b) a citação será feita na pessoa do Prefeito;
 - c) a citação somente poderá ser feita na pessoa do Procurador se o Prefeito outorgar procuração àquele;
 - d) a citação será feita nas pessoas do Prefeito e do Procurador, seguindo-se demais trâmites na pessoa do Procurador.
- 42- Em se cuidando de sociedade de fato, indicar qual a alternativa correta.
- a) não tem personalidade jurídica e nem representatividade;
 - b) tem representatividade ativa e personalidade jurídica relativa;
 - c) tem representatividade ativa e passiva, mas não tem personalidade jurídica;
 - d) tem representatividade ativa e passiva e personalidade jurídica plena.
- 43- Segundo dispõe a lei de falências (art.59), a administração da falência é exercida pelo síndico. Indicar a alternativa correta:
- a) o síndico age como substituto processual do falido;
 - b) o substituto processual é o Estado através do juízo universal;
 - c) o síndico substitui o falido e credores da massa;
 - d) o síndico não substitui nem o falido e nem credores da massa. Representa a massa como acervo patrimonial.
- 44- "A" é credor de "B" da importância de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros. No vencimento "B" não paga e ainda se desfaz do único bem que possuía. Decorridos

seis meses, "B" adquire um imóvel e "A" executa a dívida. Indicar a hipótese correta:

- a) a alienação foi com fraude à execução e "A" deverá executar a dívida com base no bem alienado;
 - b) não existe fraude à execução, mas o credor não pode executar dívida anterior com respaldo em bem adquirido posteriormente;
 - c) não existe fraude à execução e o credor poderá executar com base no patrimônio atual;
 - d) "A" deverá ajuizar ação revocatória (fraude contra credores) para anular a alienação e sobre esse bem deverá dirigir a execução.
- 45- O Juízo de primeiro grau prolatou sentença em ação para ressarcimentos de perdas e danos, concluindo pela procedência do pedido. No "decisum" constou condenação líquida de Cr\$ 5 milhões, enquanto na inicial o pedido era de Cr\$ 500 mil cruzeiros. O réu não percebeu a distonia entre a condenação e o pedido e não apresentou embargos declaratórios e nem recorreu. Indicar a alternativa correta:
- a) formou-se a coisa julgada formal e material e nada pode ser modificado;
 - b) o julgamento é nulo por vício de julgamento "ultra petita";
 - c) a correção somente poderá ser feita através de ação rescisória;
 - d) a correção poderá ser feita de ofício ou a pedido da parte interessada a qualquer tempo.
- 46- Em determinado processo o réu junta com a defesa documento que contraria as alegações formuladas na petição inicial. O autor reconhece ali a sua assinatura mas invoca em seu favor a incorreção de conteúdo, dizendo haver assinado em branco o documento. Tendo em vista o direcionamento probatório, indicar a alternativa correta:
- a) o ônus probatório é do réu, quanto ao conteúdo já que o documento é seu;
 - b) a prova é do autor;
 - c) o ônus probatório é do réu, porque o autor reconheceu a assinatura, mas impugnou o conteúdo;
 - d) o ônus probatório é sempre da parte que não produziu a prova documental (contraprova).
- 47- Através do contrato, "A" é fiador de "B" que é credor de "C". No vencimento da dívida o devedor não honra o compromisso e o credor promove a execução. Todavia, sem qualquer motivo justo, o credor passa a retardar o andamento do feito. Indicar qual a alternativa correta:
- a) o fiador poderá promover o andamento do feito;
 - b) somente o credor poderá promover o andamento do feito;
 - c) somente as partes, devedor ou credor, poderão promover o andamento do feito;
 - d) com o desinteresse do credor em promover o andamento do feito por mais de 30 dias, o fiador se libera da responsabilidade.
- 48- Ação rescisória é ajuizada com fulcro no art. 485-IV (ofender a coisa julgada) com o objetivo de desconstituir o segundo trânsito em julgado (coisa jul

gada material). O autor não cumulou o pedido da rescisão com o novo julgamento. Indicar a alternativa correta:

- a) o tribunal rescindir a sentença e determinará que o juízo de primeiro grau, prolator da sentença rescindida, promova novo julgamento;
- b) o tribunal rescindir a sentença e promoverá novo julgamento;
- c) o tribunal rescindir a sentença;
- d) o tribunal dará prazo para que a parte complemente a inicial com a cumulação (art. 284 CPC), pena de extinção.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Assinale a alternativa correta:

49- São objetivos da seguridade social brasileira:

- a) destinação preferencial da cobertura e do atendimento às populações carentes, benefícios proporcionais à capacidade contributiva, proteção especial às populações rurais, igualdade absoluta na forma de participação no custeio e caráter centralizado da gestão administrativa;
- b) complementação dos benefícios pelos empregadores, irredutibilidade dos benefícios, ampliação da cobertura e do atendimento, aposentadorias especiais e por tempo de serviço e descentralização da gestão, com participação municipal;
- c) destinação preferencial da cobertura e do atendimento às populações carentes, uniformidade e equivalência entre benefícios urbanos e rurais, irredutibilidade dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, unidade da base de financiamento e descentralização da gestão, com a participação dos trabalhadores;
- d) universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência entre benefícios urbanos e rurais, seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços, irredutibilidade dos benefícios, equidade no custeio, diversidade da base de financiamento e descentralização da gestão, com a participação da comunidade e em especial dos trabalhadores.

Assinale a alternativa correta:

50- A concessão ao empregado do benefício do auxílio-doença acarreta:

- a) a suspensão do contrato de trabalho, devendo o empregador, porém, pagar ao empregado, a título de complementação, a diferença entre o valor do benefício e o salário;
- b) a suspensão do contrato de trabalho após os quinze primeiros dias de afastamento, devendo o empregador complementar o valor do benefício, até o limite do salário, desde que, em tal sentido, exista previsão em contrato individual de trabalho ou norma coletiva;
- c) a interrupção do contrato de trabalho, após os quinze primeiros dias de afastamento do empregado;
- d) aposentadoria por invalidez, na qual se transforma automaticamente, dois anos após o afastamento do empregado de sua atividade laboral.

São Paulo, 24 de maio de 1992. A Comissão.